

Prioridades da Política Externa Portuguesa na Ásia

Durante 1998 a Ásia, em particular o Sudeste Asiático, continuará a ser objecto de grande atenção por parte da comunidade internacional, na sequência da crise financeira que tem afectado a região e cuja extensão e consequências são ainda imprevisíveis. As causas da crise actual são múltiplas, envolvendo entre outros factores:

- quebra significativa das exportações causada pela perda de competitividade, em consequência da revalorização generalizada das moedas gerada pela manutenção prolongada de uma política cambial de fixed peg com o dólar, e pela quebra significativa da procura internacional de produtos electrónicos ;
- debilidade dos sistemas financeiros, explicada pela falta de esquemas adequados de supervisão bancária e pela forte influência de critérios políticos na concessão de crédito, o que produziu um crescente volume de crédito mal parado;
- crise de endividamento externo traduzida no facto de vários devedores, públicos e privados, não terem capacidade de garantir o serviço da dívida, em parte como consequência da sua inadequada estrutura (forte peso da dívida de curto prazo, utilizada sobretudo para financiar projectos de infraestruturas com períodos de maturação muito longos);
- persistência da estagnação da economia japonesa, a qual é, desde há longo tempo, uma importante locomotiva regional;
- fortes pontos de estrangulamento estrutural que afectam as condições de crescimento económico, relacionados fundamentalmente com os deficits de infraestruturas e no sector energético;
- ataques dos especuladores.

Apesar da gravidade da situação e do debate sobre o carácter estrutural ou conjuntural da crise, esta parece ter uma natureza essencialmente conjuntural, embora sejam evidentes os efeitos estranguladores de algumas deficiências estruturais cuja solução assume carácter urgente. Os «fundamentais» de algumas das economias afectadas continuam a registar um quadro positivo, o que sugere alguma contradição entre as vertentes real e financeira da economia, pelo que a crise poderá ser passageira e susceptível de ser controlada através da aplicação articulada de medidas correctivas internas e medidas adequadas de apoio internacional.

Importa salientar que a imagem de uma crise financeira generalizada e uniforme não é totalmente correcta, desde logo porque duas economias de grande dimensão – a China e a Índia – parecem continuar relativamente imunes aos seus efeitos. É ainda necessário reconhecer que a crise não teve um impacto uniforme nas economias regionais afectadas, apresentando claramente maior gravidade na Coreia do Sul, Indonésia e Tailândia enquanto Hong Kong, Singapura e Taiwan parecem ter conseguido reagir relativamente bem ao choque. Por outro lado, a imagem também é redutora porque a natureza da crise em alguns países é mais complexa dado que, para além da componente financeira, inclui também uma dimensão de crise política, a qual já se encontrava relativamente latente antes do início da actual instabilidade dos mercados financeiros, tendo-se agravado em resultado das dificuldades económicas.

De facto, um dos efeitos positivos da actual situação de crise tem sido a fragilização da posição de governos autoritários, cuja base de legitimidade repousava quase exclusivamente na capacidade de gerar elevadas taxas de crescimento económico, facto que poderá despoletar, ou contribuir para aprofundar, processos de transição democrática mais ou menos graduais, como parece sugerir o caso da Coreia do Sul ou a actual situação na Indonésia.

Neste contexto, 1998 será um ano de forte desaceleração do crescimento na região (ver quadro) mas também um momento decisivo para confirmar a verdadeira natureza da actual crise e determinar em que medida ela se irá generalizar a outros países da região ou se, pelo contrário, será controlada e ultrapassada, produzindo um salto qualitativo importante que se consubstancie em transformações estruturais significativas nos planos económico e político. Também no plano estratégico se poderão verificar avanços positivos no sentido da consolidação da estabilidade na região a qual depende, em primeiro lugar, do triângulo estratégico EUA-China-Japão. A vertente EUA-China conheceu recentemente uma evolução positiva faltando, no entanto, consolidar o lado do triângulo China-Japão. Em segundo lugar, a estabilidade na região depende da consolidação de esquemas multilaterais regionais de segurança colectiva, em particular o ASEAN Regional Forum, relativamente ao qual a China adoptou recentemente uma atitude mais positiva.

A situação na Ásia e a resposta à crise irá exigir um maior envolvimento e uma postura mais proactiva por parte de actores externos, em particular a União Europeia. A disponibilidade e capacidade de iniciativa no apoio às economias da região, área em que a União possui maior capacidade de intervenção, será essencial para o reforço da sua credibilidade e influência, compensando até a falta de capacidade para desempenhar um papel no plano estratégico e da segurança, num quadro regional em que os EUA têm uma posição predominante. Na perspectiva da política externa portuguesa a Ásia terá uma visibilidade acrescida durante 1998 não só pela relevância internacional da actual conjuntura global na região mas também pela evolução decisiva que se poderá registar nos dois dossiers prioritários da política portuguesa na Ásia – Macau e Timor-Leste – os quais têm sido tradicionalmente geridos isoladamente e desinseridos do seu contexto regional.

Macau e Hong Kong

1998 será um ano decisivo para o processo de transição de Macau. Com efeito, terá lugar a mudança qualitativa mais importante do processo de transição desde que este se iniciou, em 1987: a entrada em vigor do Comité Preparatório, a qual deverá ocorrer até final do primeiro trimestre ou, o mais tardar, até Julho. Esta estrutura, montada por Pequim para supervisionar a fase final da transição e promover a concertação com a administração portuguesa, irá reduzir significativamente a margem de manobra do Governo de Macau e condicionar a sua acção. Este novo ciclo será completado com a selecção do futuro Chief Executive da Região Administrativa Especial de Macau, que deverá ocorrer até Dezembro, prevendo-se que a escolha possa vir a recair sobre Edmund Ho, Presidente da Associação de Bancos de Macau, cujo perfil está em consonância com o tipo de solução anteriormente adoptada em Hong Kong.

1998 será um ano igualmente decisivo para a solução de alguns dos dossiers ainda pendentes no seio do Grupo de Ligação Conjunto Luso-Chinês e que têm carácter prioritário para Portugal, nomeadamente:

- da nacionalidade, em particular o reconhecimento do direito de opção pela nacionalidade portuguesa em relação a um grupo de 15.000 habitantes locais com especial ligação à cultura portuguesa;
- o estatuto internacional de Macau, em especial a extensão de diversas Convenções Internacionais sobre direitos humanos;
- o sistema legal e tradução jurídica – aqui, Portugal poderá ver-se forçado a apresentar propostas arrojadas e corajosas no sentido de ser possível completar, após 1999, o processo de tradução de alguns Códigos, já que se considera muito difícil que todo o processo possa estar concluído até à transferência.

Por outro lado, é previsível um reforço da pressão chinesa relativamente aos dossiers da localização de quadros, do estatuto oficial da língua chinesa e da transferência de arquivos, neste último caso com a preocupação clara de evitar a repetição da situação embaraçosa registada em Hong Kong. Na verdade, um dos efeitos laterais do processo de transferência de Hong Kong parece ser um endurecimento da posição chinesa relativamente às questões que Pequim considera não terem corrido aí de forma perfeitamente satisfatória, de modo a evitar que o mesmo venha a suceder em Macau. Outro exemplo desse endurecimento é a anunciada intenção chinesa de estacionar forças militares na futura Região Administrativa Especial, enquanto símbolo essencial da soberania, o que contraria, segundo os negociadores portugueses, o que fora acordado entre as duas partes sobre a matéria .

Esta posição encontra aliás algum apoio, por omissão, no texto da Declaração Conjunta, embora este não proíba explicitamente o estacionamento de forças militares, tendo em conta a diferença clara em relação ao texto da Declaração Sino-Britânica.

Assim, a fase final do processo de transição revela-se algo complexa para Portugal dado que não é previsível, como alguns esperariam, um cenário de flexibilização da posição da República Popular da China. A posição chinesa é determinada muito mais por razões de política interna, e pelos objectivos relacionados com o processo global de reunificação da Pátria, do que pelo carácter positivo das relações bilaterais com Portugal. Dificuldades adicionais poderão ainda decorrer do facto de a China, apostada agora em concentrar todos os esforços na solução da questão de Taiwan (intenção presente nas declarações de Jiang Zemin após a transferência de Hong Kong, anunciando que a prioridade passava a ser Taiwan e sugerindo que o processo de Macau já estaria encerrado), vir a atribuir reduzida atenção ao processo de Macau, o que poderá reduzir substancialmente a capacidade negocial de Portugal em relação aos dossiers importantes que ainda estão em aberto.

A estratégia negocial portuguesa para esta fase final deverá ser repensada e afinada, incluindo eventualmente algum endurecimento e dramatização de posições, devendo ser orientada sobretudo por critérios de eficácia e baseada numa maior coordenação entre Lisboa e o Governo de Macau. Uma das

áreas em que esta coordenação é mais necessária e urgente tem a ver com o reforço do frágil estatuto internacional de Macau e a diversificação das suas relações externas, nomeadamente a nível bilateral, o que constitui uma garantia essencial da sua autonomia após 1999. Por outro lado, o balanço positivo dos primeiros seis meses de vida da Região Administrativa Especial de Hong Kong e a capacidade demonstrada pela China de respeitar os compromissos assumidos, em especial o estatuto de autonomia, não deixará de ter um efeito positivo em Macau e contribuir para reforçar a confiança na fase final do processo de transição.

A conclusão do processo de Macau irá ter certamente repercussões importantes e introduzir alterações qualitativas nas relações bilaterais Portugal-China. Com efeito, estas relações têm-se concentrado quase exclusivamente em Macau, pelo que será previsível que sejam sujeitas a um processo de renovação e diversificação após 1999. O grande desafio que se coloca, desde já, a Portugal é o de, com alguma antecedência, repensar aquilo que deverão ser as prioridades e o novo quadro do relacionamento com a China, agora vista não tanto como o país para quem irá transferir Macau mas, numa perspectiva mais ampla, como a potência global emergente com um peso e influência crescente na estruturação do futuro sistema internacional.

Desafio semelhante se coloca relativamente ao futuro das relações, até agora inexistentes, entre Portugal e Hong Kong, tradicionalmente vistas numa lógica de competição com Macau e não de complementaridade. Em termos políticos, o ano de 1998 será decisivo para a estabilização e consolidação do processo de Hong Kong. A realização em Maio das eleições legislativas, após a polémica sobre as novas leis eleitorais, porá termo à fase de transição. No plano económico, as dificuldades não têm resultado do comportamento da China, como alguns temiam, mas têm sido causadas pelos factores que menos se esperariam, sobretudo relacionados com a crise financeira asiática, com efeitos negativos na Bolsa e nos mercados financeiros, muito sensíveis à instabilidade no Sudeste Asiático, e com os problemas de saúde pública – com consequências devastadoras no sector do turismo, provocando uma quebra significativa de actividade.

No entanto, mercê da credibilidade e robustez do seu sector financeiro e das suas significativas reservas cambiais, Hong Kong tem conseguido resistir aos efeitos da crise financeira e aos ataques dos especuladores, mantendo a paridade fixa com o dólar americano. Espera-se que no decurso de 1998, no momento que o Governo da Região Administrativa entender oportuno, por forma a contrariar as pressões dos especuladores, possa vir a ser alterada esta paridade com uma desvalorização do dólar de Hong Kong, mas mantendo o fixed peg com a moeda americana, considerado como factor determinante e símbolo da credibilidade da política monetária da Região.

As dificuldades económicas e a sensação da necessidade de resposta conjunta a ameaças externas que podem pôr em causa a prosperidade de Hong Kong não deixarão de ter repercussões políticas significativas, prevendo-se que possa contribuir para retirar alguma visibilidade ao processo eleitoral, tornando-o menos conflituoso e mais consensual. A disponibilidade demonstrada pela China para apoiar Hong Kong durante a crise e o seu comportamento durante os primeiros meses de soberania chinesa terão contribuído para reforçar a confiança da população e a imagem de Pequim, o que poderá reduzir a margem de manobra dos Democratas e de Martin Lee e limitar o seu capital político de queixa.

Estes desenvolvimentos merecerão uma especial atenção de Lisboa tendo em conta não só eventuais repercussões em Macau mas também o interesse claro que Portugal tem, a longo prazo, em investir no reforço da suas relações com Hong Kong. Assim, 1998 será decisivo na definição do futuro relacionamento com Hong Kong, sobretudo a eventual decisão de encerramento do Consulado português, após a abertura do Consulado-Geral em Macau. Esta opção está neste momento a ser ponderada, mas Portugal deverá, pelo contrário, inverter esta linha de orientação e adoptar uma estratégia mais positiva.

Parece claro que os interesses de Portugal desaconselham o cenário de retirada e exigem, ao contrário, um reforço da presença portuguesa no principal centro financeiro regional no Sudeste Asiático e na principal porta de entrada no mercado chinês. A decisão de encerramento do Consulado em Hong Kong teria também efeitos perversos em relação a Macau e ao reforço da sua autonomia futura, já que estaria em clara contradição com o interesse de Portugal em promover a instalação de consulados autónomos e a presença de diplomatas estrangeiros na Região Administrativa Especial de Macau. Admitindo que um só Consulado é suficiente para cobrir as duas regiões administrativas, Portugal estará a dar argumentos a outros países para terem também uma só representação diplomática, cuja localização será, como é óbvio, em Hong Kong.

Timor-Leste

Timor-Leste continuará a ser uma das prioridades da política externa portuguesa. Em 1998, em resultado da evolução da situação política interna na Indonésia, são previsíveis alterações qualitativas importantes, com a inerente necessidade de adaptar a estratégia portuguesa à nova conjuntura – que, potencialmente, poderá oferecer oportunidades interessantes para avanços na solução do problema.

A Indonésia foi seriamente atingida pela crise financeira na Ásia, o que obrigou o regime indonésio a recorrer à ajuda internacional e a assinar com o FMI um acordo de estabilização e de reformas estruturais que, a ser implementado, afecta drasticamente os fundamentos do regime de Suharto, bem como os seus interesses familiares.

No entanto, a actual crise indonésia não tem apenas uma natureza financeira e de confiança na economia nacional. Tem igualmente uma dimensão política fundamental e surge cada vez mais como uma crise de regime. Com efeito, o regime de Suharto, tal como outros na região, tem fundado a sua legitimidade exclusivamente na boa performance económica e na capacidade de gerar elevadas taxas de crescimento económico. Assim, a forte desaceleração do crescimento e a acumulação de deficiências estruturais têm graves consequências para a estabilidade e sobrevivência do regime. Por outro lado, a credibilidade e capacidade de regeneração do regime tem sido sujeita a um processo gradual de erosão em resultado do alastramento dos fenómenos de corrupção e nepotismo e da ausência de um Estado de Direito, sendo o poder caracterizado por uma grande concentração e personalização na figura do Presidente.

Recentemente, e embora o descontentamento já fosse visível nos graves tumultos de Julho e Outubro de 1996, o aumento considerável do desemprego e a subida da inflação, em particular dos preços dos bens essenciais como o arroz e o combustível doméstico (cerca de 20%), têm alimentado crescentes movimentos de contestação e protestos nas ruas. As actuais dificuldades geraram dois efeitos que poderão ter implicações positivas para o processo de Timor. Em primeiro lugar, fragilizaram ainda mais a imagem externa da Indonésia, já fortemente prejudicada pelo problema de Timor, e aumentou a dependência em relação à ajuda da comunidade internacional, tornando o regime mais permeável à pressão externa e mais disponível para flexibilizar a sua postura. Podemos hoje considerar que a assinatura do acordo com o FMI e as declarações de apoio da Administração Clinton são as garantias fundamentais da sobrevivência política de Suharto.

Em segundo lugar, parecem ter despoletado um processo interno de transição política, de contornos ainda pouco definidos, alimentado pela convicção que se começa a generalizar de que os interesses pessoais e familiares de Suharto estão em conflito com os interesses nacionais, e que a restauração da confiança e a solução da crise passam pelo afastamento do Presidente. Existem indícios claros de um clima psicológico de fim de ciclo sendo hoje patente que a solução da crise económica passa por uma solução política e pela mudança da natureza do regime.

No entanto, a oposição interna, que poderia liderar um projecto alternativo, não está suficientemente organizada e coordenada existindo uma divergência de posições sobre o tipo de solução política para ultrapassar a crise. De um lado, a oposição moderada, com três actores fundamentais – Megawati Sukarnoputri e o PDI, e os líderes das duas poderosas organizações muçulmanas, Amien Rais, líder do movimento muçulmano Muhammadiyah de cariz secular e modernista com uma base de apoio essencialmente urbana e Abdurrahman Wahid, líder do movimento muçulmano Nahdlatul Ulama de cariz mais tradicionalista e com uma base de apoio essencialmente rural – os quais parecem favorecer uma transição pacífica e negociada, não fazendo apelo a uma mobilização popular, optando por esperar que a degradação da situação económica leve os apoiantes de Suharto, dentro do sistema, a retirar-lhe o seu apoio. De outro lado, encontramos a oposição radical – que inclui a ala esquerda do PDI, o KNPD e o PRD – que advoga a tese da mobilização de massas e do movimento popular para derrubar Suharto e iniciar um processo de democratização capitalizando o crescente descontentamento popular.

A evolução da situação política interna é assim de difícil previsão tendo alguns analistas referido a existência de quatro cenários possíveis :

- golpe militar que derrubaria Suharto para restabelecer «a ordem» e tentar salvar o regime levando porventura ao seu maior endurecimento;
- SARA , o que significaria um cenário de alastramento de conflitos religiosos e étnicos, uma situação caótica susceptível de conduzir à desintegração da Indonésia;
- transição gradual e pacífica dentro do sistema, que admitiria até a manutenção transitória de Suharto como símbolo, mas implicaria uma efectiva transferência de poder para um grupo de civis e militares representativos;
- movimento popular e ruptura com o sistema promovendo uma rápida transição democrática.

Os dois últimos cenários, em particular o terceiro, parecem ser neste momento, os mais prováveis. Sem dúvida que o cenário do movimento popular, envolvendo um processo de democratização mais acelerado, seria o mais favorável para Timor-Leste, abrindo as portas para uma rápida solução do problema. No entanto, mesmo a hipótese de transição negociada também se pode apresentar, mesmo que a prazo, como uma solução com efeitos favoráveis para Timor, já que internamente começa a consolidar-se a percepção de que a ocupação de Timor, para além de ter elevados custos no plano externo, também implica grandes custos internos, nomeadamente a nível das despesas militares, pelo que a sua manutenção seria de difícil compatibilização com as actuais dificuldades económicas e sociais. As dificuldades colocam-se desde logo no plano militar na medida em que o aumento da instabilidade em vários pontos do país obrigará certamente o regime a reduzir o nível de presença militar em Timor para garantir capacidade de intervenção noutras zonas. A resolução do problema de Timor poderia assim ser simultaneamente importante para a resolução de problemas externos e internos da Indonésia.

O momento decisivo para a clarificação da situação foi a eleição do Presidente e do Vice-Presidente pela Assembleia Consultiva Popular. Embora se tivessem colocado algumas dúvidas sobre as condições políticas para a recandidatura de Suharto, a assinatura do acordo com o FMI, as declarações da administração americana e a manutenção do apoio do Golkar e das ABRI (Forças Armadas Indonésias), geraram as condições para a reeleição de Suharto como Presidente (e Habibie como Vice-Presidente). A reeleição foi garantida pelo facto de a maioria dos membros da Assembleia (575 num total de 1000) não serem eleitos mas sim directamente nomeados por Suharto. A grande novidade nas últimas semanas foi o anúncio da intenção de Amien Rais de se candidatar à Presidência, demonstrando assim uma clara intenção de contestar Suharto e gerar uma mudança, se bem que dentro das regras do sistema. Esta candidatura não tinha, à partida, qualquer hipótese de sucesso.

No entanto, a reeleição de Suharto, que lhe permitirá «manter a face», não significa que o seu poder pessoal não seja significativamente reduzido. Com efeito, afigura-se como provável que ocorra uma transferência efectiva de poder para outros actores, militares e civis, incluindo o Grupo de Wijoyo Nitisastro, e uma alteração da estrutura do Governo, despoletando assim o processo de «transição pacífica» com abertura política, solução preferida pela Administração Clinton.

A reeleição de Suharto pode provocar uma forte reacção popular de protesto e desencadear um cenário de movimento popular, sobretudo se não existirem sinais claros, bem como capacidade de os traduzir para a opinião pública, do início da transição e da partilha de poder e de entrada de novos actores representativos de diversos sectores da sociedade indonésia, condição necessária para restaurar a confiança e diminuir a tensão social. Em todo o caso, a situação interna na Indonésia apresenta-se ainda bastante incerta, embora seja claro que a solução final resultará da interacção e dos acordos que forem estabelecidos entre os três sectores dominantes, os militares, os movimentos muçulmanos e a elite de homens de negócios chineses que controlam grande parte da economia.

Em termos globais, parece evidente que a evolução interna da Indonésia criará em 1998 novas oportunidades e um quadro tendencialmente mais favorável para um avanço significativo na solução da questão de Timor-Leste, que possa envolver o exercício do direito à auto-determinação. Na perspectiva de Portugal e da sua acção, o grande desafio que se coloca é a capacidade de reajustar a sua estratégia por forma a tirar partido destas oportunidades. Novas dimensões de intervenção deverão ser ponderadas, em particular a dois níveis.

No plano internacional, será importante consolidar na atitude da comunidade internacional uma lógica de condicionalidade associada à maciça ajuda internacional canalizada para a Indonésia, que inclua a solução do problema de Timor-Leste. Neste contexto, afigura-se essencial quer a acção junto dos Estados Unidos quer no contexto das organizações multilaterais como o FMI. Neste último caso, a inclusão no programa de ajuda da obrigação por parte da Indonésia de redução significativa das despesas militares poderia revestir-se de particular interesse.

No plano bilateral das relações com a Indonésia, parece importante renovar a abordagem tradicional e ultrapassar a tendência para uma visão monolítica da Indonésia que identifica o país com Suharto, procurando distinguir entre o regime e a sociedade. O desenvolvimento de contactos informais com os diversos sectores da oposição indonésia, incluindo os movimentos muçulmanos, que assumirão a prazo responsabilidades na governação, poderá contribuir para a sensibilização das vantagens que todas as partes, em especial a Indonésia, retirarão de uma solução do problema de Timor. O repensar da estratégia e o esforço de adaptação à nova conjuntura requer não só alguma flexibilidade mas também alguma urgência, por forma a poder aproveitar o período de maior flexibilidade que se segue naturalmente à sucessão de um regime.

Asia-Europe Meeting – ASEM

Numa perspectiva mais global, 1998 poderá ser também um momento importante da definição da relação de Portugal com a Ásia, tanto a nível bilateral como enquanto membro da União Europeia. Especialmente importante será a ASEM II, a decorrer em Londres a 3 e 4 de Abril.

Esta segunda cimeira Ásia-Europa dará certamente um novo impulso ao processo iniciado em 1996 com a ASEM I, que decorreu em Bangkok, o qual pretende ser um contraponto ao processo APEC e contribuir para corrigir o deficit de relacionamento entre as duas regiões. Excedendo as expectativas, a ASEM I acabou por ser bem sucedida já que, por um lado, ultrapassou o mero quadro económico de relacionamento, introduzindo as dimensões política, de segurança e cultural e, por outro, lançou um conjunto de iniciativas concretas que têm vindo a ser implementadas e que se têm revelado de grande interesse já que dão conteúdo concreto ao novo relacionamento que se pretende desenvolver. Neste conjunto de medidas concretas incluem-se o Forum de Negócios Euro-Asiático, a Fundação Euro-Asiática em Singapura, o Centro de Tecnologia ambiental Euro-Asiática, o Simpósio de Jovens Líderes Euro-Asiáticos, o Grupo de Visão Ásia-Europa e o Grupo de Investigação para o Reforço dos Intercâmbios Tecnológicos.

Prevê-se que a ASEM II seja fortemente marcada pelo debate sobre a crise financeira asiática e pelo contributo que a União Europeia pode dar para a sua resolução. A agenda incluirá certamente como ponto forte as questões da cooperação económica, com especial destaque para o reforço da cooperação no sector financeiro respeitante aos mecanismos de supervisão e regulação. Neste domínio, a presidência britânica apresentou a proposta de constituição de um trust fund, o qual terá como objectivo o financiamento de acções de cooperação técnica no domínio da reforma dos sistemas financeiros asiáticos, quer através da troca de experiências, quer através da formação de quadros. Esta iniciativa, cuidadosamente concebida por forma a evitar qualquer duplicação ou conflito com a competência específica do FMI, tem o objectivo político claro de marcar a diferença e estabelecer o contraste com a incapacidade demonstrada pela APEC de dar um contributo efectivo para a solução da crise financeira asiática. A confirmar-se, este será um dos resultados mais interessantes e concretos da ASEM.

Alguma atenção será dada também à evolução da OMC, às questões da integração regional e ao incremento dos fluxos de investimento e comércio entre as duas regiões, estando prevista a aprovação de um Trade Facilitation Action Plan e de um Investment Promotion Action Plan. Um aspecto inovador da ASEM II pode ser a introdução das questões sociais no debate entre a Europa e a Ásia, com particular destaque para o processo de estruturação e reforma das sistemas de segurança social. Finalmente, outro aspecto de interesse será certamente o debate sobre os efeitos previsíveis do Euro na Ásia.

No entanto, a agenda não deixará de incluir outros pontos centrais, nomeadamente:

- o desenvolvimento do diálogo político, incluindo a evolução política na União e no espaço asiático bem como as questões da segurança regional e global;
- cooperação sobre as questões globais da interdependência, incluindo os problemas do ambiente, cujo agravamento na Ásia é evidente, do tráfico de droga, do terrorismo etc.;
- a cooperação cultural e os intercâmbios entre as Universidades e outras organizações da sociedade civil;
- o balanço das actividades e iniciativas lançadas pela ASEM I entretanto implementadas e aprovação do novo programa de actividades.

A nível político, está prevista no decurso da ASEM II a realização da primeira cimeira conjunta dos 15 chefes de Estado e Governo da União com o Presidente chinês Jiang Zemin o que será certamente um contributo significativo para o reforço e desenvolvimento, ao mais alto nível, do diálogo político com a China. Esta iniciativa inédita e de grande significado político merecerá certamente um interesse especial por parte de Portugal.

No passado, a posição portuguesa na ASEM foi algo defensiva e fortemente determinada pela questão de Timor, o que impediu o aprofundamento das relações com outros países asiáticos. Aguarda-se com alguma expectativa a estratégia que irá ser adoptada por Portugal nesta cimeira. Parece evidente que o relacionamento com a Ásia não deverá ser limitado nem totalmente subordinado à questão de Timor, afigurando-se fundamental procurar conciliar os objectivos relacionados com Timor com a prossecução de outros objectivos mais amplos no espaço asiático. Uma atitude construtiva relativamente ao apoio europeu à solução da crise financeira seria certamente um passo positivo na direcção certa. Por outro lado, Portugal não tem participado activamente, eventualmente com a excepção do sector tecnológico, nos programas sectoriais e nas iniciativas concretas lançadas pela ASEM I, o que constitui uma

oportunidade perdida. É assim urgente aproveitar a ASEM II para inverter esta tendência e procurar consolidar a posição e capacidade de influência portuguesa através da participação activa e do empenhamento no debate e construção de soluções para problemas concretos.

Rede Diplomática na Ásia

O ano de 1998 será decisivo para a concretização do reforço da presença diplomática na Ásia, opção já enunciada no Programa de Governo em 1995 e que se deverá traduzir na abertura de três novas Embaixadas: Malásia, Singapura e Filipinas. Registou-se, contudo, algum atraso no processo, tendo em 1997 sido apenas concretizada a abertura da Embaixada em Manila (Fevereiro), pelo que se prevê que 1998 seja o ano do reforço efectivo da presença diplomática na Ásia com a abertura das Embaixadas em Singapura e Kuala Lumpur.

Desconhecem-se até ao momento as prioridades definidas para a acção destas representações diplomáticas, afigurando-se fundamental que seja definida uma estratégia de actuação. A grande questão que se coloca é a de saber se este será apenas um exercício formal ou se terá um verdadeiro conteúdo, isto é, se as novas estruturas serão dotadas de recursos humanos adequados e capacidade para desenvolver uma verdadeira diplomacia de negócios e apoiar a entrada de investidores portugueses naqueles mercados, uma vez ultrapassada a crise ou até mesmo tirando partido das oportunidades que surgem durante as crises.

Por outro lado, as novas Embaixadas poderão também

- contribuir para aprofundar a participação portuguesa nos programas permanentes da ASEM,
- desempenhar um papel activo na preservação e projecção da herança cultural e histórica portuguesa na região, incluindo o apoio às iniciativas de comunidades locais com ligações culturais a Portugal
- tentar promover a causa de Timor no contexto do Sudeste Asiático e influenciar uma mudança nas posições dos Governos da região.

Outra das tarefas estratégicas a desenvolver por estas representações nos próximos dois anos seria contribuir para o reforço dos laços entre Macau e os países em causa, tendo em conta que as ligações de Macau com o Sudeste Asiático são praticamente inexistentes, o que é um factor negativo para o reforço do estatuto internacional de Macau e para a autonomia e viabilidade económica da futura Região Administrativa Especial.

Conclusão

A Ásia terá em 1998 uma importância acrescida no contexto da política externa portuguesa. Se Macau e Timor-Leste continuarão a ser as duas prioridades fundamentais, as alterações qualitativas que muito provavelmente aí ocorrerão colocam novos desafios a Portugal e exigem ajustamentos e alguma audácia na estratégia portuguesa.

O processo de transição de Macau entra na sua recta final pelo que 1998 constitui a última oportunidade para obter uma solução favorável para os dossiers ainda em aberto no Grupo de Ligação Conjunto. Esta etapa poderá exigir alguns ajustamentos na posição negocial portuguesa e uma maior concertação entre o Governo de Macau e Lisboa, bem como a implementação de algumas medidas de fundo que permitam lançar laços duradouros entre instituições de Macau e instituições portuguesas susceptíveis de perdurar para além de 1999.

Relativamente a Timor-Leste, o agravamento da crise económica e política na Indonésia e a probabilidade de se iniciar um processo de transição democrática abrem novas perspectivas e oportunidades para a solução desta questão, cuja concretização poderá exigir a exploração de novas vias e canais de diálogo com os novos actores emergentes na Indonésia.

Não obstante a forte concentração da política externa portuguesa nas questões de Macau e Timor, 1998 poderá ser também marcado pelo início de uma nova fase de diversificação das relações com outros países asiáticos, quer no quadro da ASEM II, mediante uma mais activa e renovada participação na cimeira e nas actividades de follow up, quer através da conclusão do processo de expansão da rede de embaixadas na Ásia e da revitalização da acção de representações diplomáticas já existentes, em particular do Consulado em Hong Kong. A implementação de uma verdadeira diplomacia de negócios na Ásia continua a ser o maior desafio que se coloca a Portugal, sendo aqui fundamental garantir uma presença mais activa nos centros de negócios regionais, em particular em Hong Kong e Singapura.